

Gaúchos criam lei contra o empreguismo

Porto Alegre — Os deputados gaúchos aprovaram ontem, durante discussão da Constituinte estadual, emenda que estabelece obrigatoriedade de censo de funcionalismo de quatro em quatro anos a partir de 1991. Também foi aprovada emenda definindo as matérias que devem ser publicadas no Diário Oficial. A partir de agora, o Diário terá que publicar conclusões de sindicâncias, despesas do Governo com viagens e verbas de representação. Foi aprovada ainda emenda que estabelece publicação anual de despesas do Governo, principalmente nas áreas de propaganda e publicidade.

O funcionalismo estadual também foi beneficiado nestas primeiras votações, como também o povo, com a aprovação de medidas que garantirão maior fiscalização sobre o governador, disseram os deputados, se referindo à publicação no Diário dos atos do chefe do executivo. O funcionalismo estadual foi beneficiado por emenda como o direito de participar, no mínimo, com um representante nas diretorias das estatais.

Ontem, durante a votação das propostas na parte da manhã, o deputado Gilberto Mussi, do PMDB, sentiu-se mal, sendo atendido, na própria Assembléia Legislativa, onde constataram que precisava internar-se em clínica cardíaca. Mais tarde, o diagnóstico foi o de derrame cerebral. O deputado seria operado na noite de ontem, no Hospital Moinhos de Vento.

O incidente entristeceu o plenário, a discussão prosseguiu, mas a remuneração dos deputados, secretários, governador, vice-governador, desembargadores, e procuradores, ponto seguinte na pauta, não sofreu mudanças.